

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA  
ACCOUNTABILITY FRENTE AOS INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E FISCAIS**

**GISLENE DAIANA MARTINS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

**SAULO SILVA LIMA FILHO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

**BLÊNIO CEZAR SEVERO PEIXE**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

# ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DE *ACCOUNTABILITY* FRENTE AOS INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E FISCAIS

## RESUMO

O presente estudo analisou a relação entre os fundamentos de *accountability* com a atuação de Organizações Não Governamentais na perspectiva dos indicadores econômicos, sociais e fiscais. Nesse sentido, entende-se que tais entidades assumem um papel relevante no atendimento a demandas sociais ao passo que auxiliam o poder público em atividades às quais não haveria condições de oferta de recursos públicos de modo satisfatório. Para relacionar os fundamentos de *accountability* com demais fatores, foram analisadas as cem maiores organizações em nível nacional, bem como foram coletados dados acerca das condições nos municípios em que atuam. Por sua vez, os dados foram agrupados por meio de análise fatorial, verificou-se então se existem diferenciações de médias entre os fundamentos e os fatores para, por fim, analisar a relação entre eles por meio de regressões lineares múltiplas. Os resultados apontam que apenas a dimensão de prestação de contas possui relação estatisticamente significativa com os fatores econômicos, sociais e fiscais, à medida que os demais fundamentos não se observam da mesma forma. Os achados do estudo incrementam a discussão a respeito da relevância de alinhar as operações das instituições com a sociedade em termos de divulgação de suas ações, legitimação de suas atividades e oportunidade para melhor a ofertas de serviços públicos complementares.

**Palavras-chave:** *Accountability*; Organizações não Governamentais; Indicadores Econômicos, Sociais e Fiscais.

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios hoje, dada a conjuntura econômica e política do país, vem sendo a questão da prestação de contas e responsabilização dos atos praticados por parte dos governantes. Os princípios básicos da Nova Administração Pública (NAP), que deveriam auxiliar na convergência dos objetivos da *accountability*, acabam sendo deixados de lado, e o que se observa são escândalos diversos de corrupção de diferentes agentes políticos que são levados inclusive, ao conhecimento internacional, abrindo espaço para as organizações não governamentais.

Trata-se, conforme Travagin (2017) de um mecanismo estratégico da nova reforma da Administração Pública a partir da Constituição de 1988, para enxugar as atividades desenvolvidas pelo Estado, ou seja, da saída do Estado de Setores em que sua atuação seria essencial. Esse processo de chamar a sociedade organizada a participar no atendimento de serviços essencialmente de caráter público constitui-se no processo denominado de publicização. O processo consiste em transferir atividades consideradas não exclusivas do Estado para o terceiro setor, o 'setor público não estatal', composto de entidades privadas que executam atividades de interesse público (TRAVAGIN 2017).

Por outro lado, segundo De Oliveira e Dufloth (2015) essa estratégia tem papel importante na disseminação de informações à sociedade pois dispõe de variados instrumentos, elementos e estratégias para melhor se adequar aos diversos públicos, nesse sentido, também possibilita melhor avaliar suas demandas. Segundo os autores, a publicização desperta o interesse da população por conta de seu viés interativo e permite uma maior transparência dos atos dos órgãos, entidades e gestores públicos.

Para tanto, o conceito de *accountability* surge perante o dever de prestar contas em relação às ações desenvolvidas, revestida dos fundamentos de transparência, prestação de contas, participação e responsabilização pelos atos praticados por diferentes atores, sejam eles públicos, privados ou sociedade civil (PINHO; IGLESIAS; SOUZA, 2006).

Nesta perspectiva elaborou-se a seguinte questão pesquisa: **qual a relação entre os fundamentos da *accountability* com a atuação de Organizações Não Governamentais na perspectiva dos indicadores econômicos, sociais e fiscais?** Desse modo, o objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre os fundamentos da *accountability* com a atuação de Organizações Não Governamentais na perspectiva dos indicadores econômicos, sociais e fiscais.

Optou-se por tais entidades em função da importância que as Organizações Não Governamentais (ONGs) têm no contexto econômico e social por atuarem em setores essenciais da sociedade como: saúde, educação, assistência social, cultura, esportes, filantropia, habitação, dentre outros segmentos do Estado. Percebe-se que as ONGs buscam auxiliar na atuação do Estado para mitigar as demandas sociais com a finalidade de melhorar a qualidade de vida da sociedade.

A escolha das 100 melhores ONGs listadas na revista ÉPOCA, justifica-se pelo fato de apresentarem nível maior de transparência e prestação de contas comparativamente às demais Ongs, o que permite uma melhor análise da aplicação dos fundamentos da *accountability*, permitindo uma análise regional do exercício da *accountability* dos indicadores econômicos, sociais e fiscais. O presente trabalho visa preencher uma lacuna existente nesta temática envolvendo a influência da atuação das ONGs no contexto econômico e social na área de atuação, tendo em vista que não há estudos realizados nesse sentido, ou seja, relacionando a atuação das Ongs com aspectos econômicos, sociais e fiscais concomitantemente. Quanto ao aspecto teórico, pretende-se investigar os conceitos das abordagens estudadas nessa temática no campo teórico-empírico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 *Accountability*

O termo *accountability* no setor público para Almqvist *et al* (2013) diz respeito à relação entre políticos e cidadãos, bem como entre políticos e gestores públicos, ligada a integridade, pressupõe que a entidade deva administrar corretamente seus recursos, de modo que, possa prestar serviços de qualidade para os cidadãos, por meio da captação de tributos, respeitando as leis e as normas vigentes (SOBREIRA; JUNIOR, 2017)

Os conceitos de integridade, transparência e prestação de contas foram identificados pela ONU coletiva e individualmente, como parte dos princípios formuladores da administração pública. A transparência refere-se ao acesso irrestrito pelo público a informação oportuna e confiável decisões de desempenho no público setor. A prestação de contas refere-se à obrigação da parte de funcionários públicos para relatar o uso de recursos públicos bem como a responsabilidade para atender aos objetivos de desempenho declarados (ARMSTRONG, 2005).

Logo, o termo *accountability* é uma peça fundamental na Administração Pública, e está relacionado a bons níveis de governança democrática, comportamento adequado, justiça social e melhor desempenho (DUBNICK e FREDERICKSON, 2011; SCHILLEMANS e BUSUIOC, 2014).

*Accountability* ainda denota relacionamentos entre duas ou mais partes, em que uma parte é obrigada a explicar seu comportamento para a(s) outra(s) e onde mecanismos específicos são implantados para fazê-lo se comportar de forma responsável (SCHILLEMANS; BUSUIOC, 2014).

Segundo Campos (1990), o desenvolvimento da consciência popular é fator essencial para o desenvolvimento de uma democracia participativa de fato e, dessa forma, para a *accountability* do serviço público. Nesse sentido o controle das ações governamentais seria papel dos cidadãos, mas não individualmente, e sim enquanto sociedade organizada. No sentido de que as reivindicações individuais não possuem força necessária para este fim. O controle efetivo é instrumento da cidadania, uma vez que a sociedade desmobilizada não poderá garantir o exercício da *accountability* segundo a autora. O conceito de *accountability* tem sido empregado com o intuito de “possibilitar mecanismos de controle e legitimação das Organizações Não Governamentais (ONGs)” (KOSLINSKI, 2007, p. 120). Parcela da mobilização social organizada, advém das organizações não governamentais sem fins lucrativos, as chamadas ONGs, objeto do nosso estudo. Nessa perspectiva, aduz-se que as ONGs são um dos instrumentos de exercício da *accountability*, uma vez que tais entidades tem como premissa auxiliar o governo na prestação de serviços essenciais que irão promover o bem estar dos cidadãos.

## **2.2 Organizações não governamentais**

O terceiro setor é um espaço amplo que comporta todas essas figuras e as suas devidas especificidades. As ONGs têm sido tratadas como um novo ator social, com o intuito de promover causas sociais sem ter um mandato ou serem autorizadas por uma base de referência (KOSLINSKI, 2007).

Conforme Scheid, Mafalda e Pinheiro (2010) as ONGs são entidades privadas, sem fins lucrativos, com o objetivo de acrescentar ou melhorar a sociedade, sendo compostas por pessoas privadas de interesse público, com intuito de melhorar o campo da sociedade dando atenção especial do poder público.

Jakimow (2012) identificou três papéis distintos de atuação das ONGs: o primeiro atuando como prestadoras de serviços, o segundo como atores da sociedade civil e, por fim, como entidades que se apresentam como alternativas de desenvolvimento. O primeiro papel é o de implementar intervenções baseadas no bem-estar e a prestação de serviços que o estado é incapaz de fornecer. Inclui a prestação de serviços como educação, saúde, água potável e saneamento, programas de subsistência e assim por diante. O segundo papel normativo que vai além da prestação de serviços é o de ator da sociedade civil, no sentido de incentivar a participação ativa dos cidadãos que fazem parte de iniciativas maiores para aumentar a capacidade do Estado. E o terceiro papel seria o de identificar as vias pelas quais as ONGs podem promover alternativas de desenvolvimento ao influenciar as intervenções de outros atores e fornecem modelos alternativos de intervenção.

Nesse sentido, a *accountability* seria um instrumento para auxiliar na atuação destes diferentes e robustos papéis que as ONGs possuem perante à sociedade, principalmente no tocante a transparência de seus atos, a prestação de contas dos serviços prestados à sociedade e promovendo ainda a participação da sociedade nesse processo, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos atendidos bem como dos indicadores econômicos, sociais e fiscais da área atendida.

## **2.3 Accountability e Organização não Governamental**

As ONGs são vistas como importantes atores seja na constituição de redes associativas. O fato das ONGs trabalhar em rede, ou fazerem parte de uma comunidade, fazem com que elas se abram para a avaliação e a fiscalização umas das outras (WAPNER, 2002).

Abouassi (2013) discutiu os reflexos das parcerias entre a esfera pública e as ONGs. Para o autor, tais parcerias podem resultar em problema de *accountability*, afastando as ONGs

de seus objetivos principais de assistência social e perdendo o vínculo com as comunidades necessitadas de auxílio.

Vukovic (2016) estudou a *accountability*, o papel da sociedade civil e das ONGs situadas na Sérvia e no Camboja para o estabelecimento de governo responsável. Os resultados mostraram que as ONGs têm impactos menores na criação de um governo responsável em relação as outras duas dimensões, ou seja, *accountability* e atuação da sociedade civil.

Routley (2011) estudou a prática de *accountability* em ONGs nigerianas e mencionou que as entidades estavam envolvidas em responsabilizar o Estado exigindo que fossem tomadas ações positivas para o bem geral da nação. Garantindo que as autoridades agissem de acordo com as políticas oficiais de governo ou promovendo campanhas para mudar leis e regulamentos deficitários. As ONGs são entendidas como uma força positiva que resiste ao Estado, ao mesmo tempo em que aumenta a participação e a prestação de contas, com nível de *accountability* para auxiliar no desenvolvimento da sociedade.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva quanto aos objetivos, com abordagem quantitativa, que será realizada por meio de pesquisa documental. A variável dependente foi representada pelos fundamentos da *accountability*, neste trabalho e as independentes foram as variáveis financeiras das ONGs, como Receita e Ativo Total, além dos indicadores econômicos, sociais e fiscais.

Estudos de natureza descritiva visam descrever fenômenos ou características associadas à população-alvo (COOPER; SCHINDLER, 2003). Os dados referentes às ONGs serão coletados no site eletrônico da revista ÉPOCA para verificar quais ONGs possuem maior transparência, conforme as variáveis analisadas pela pesquisa.

Os aspectos econômicos e fiscais dos municípios em que estas ONG's se inserem, foram coletados por meio da plataforma FINBRA (STN, 2019), a qual consolida as informações contábeis exigíveis pela legislação aplicável e as publica de forma periódica. Portanto, ao analisar os benefícios da *accountability* praticado pelas ONGs e o impactos dessa prática nos indicadores econômicos sociais e fiscais dos municípios atendidos formulou-se a seguinte hipótese de pesquisa:

**Hipótese Alternativa (H<sub>1</sub>):** os fundamentos de *accountability* praticados pelas ONGs possuem relação com os indicadores econômicos, sociais e fiscais dos municípios atendidos.

Além disso, pretende-se discutir se os fundamentos de *accountability* permitem distinguir os setores de atuação das organizações analisadas. Salamon *et al.*, (2013) identificaram que o setor de atuação, ou o ramo de atividade das ONGs afeta os resultados dos serviços ou atividades oferecidas por elas. Nesse sentido, buscou-se analisar o impacto da *accountability* praticado pelas ONGs conforme seu setor de atuação.

#### 3.1 População estudada

A população da pesquisa é constituída pelas 100 (cem) melhores ONGs do Brasil classificadas pelo Instituto Doar, criado para disseminar a cultura de doações para as organizações filantrópicas, no ano de 2017 e divulgadas pela revista ÉPOCA no referido ano.

Quadro1: 100 melhores ONGs do Brasil – Edição 2017

ABCD Nossa Casa	Casa do Zezinho	Instituição “Dr.Klaide”	IPTI
Abrace	Cenpec	Instituição Beneficente Lar de Maria	Missão Ramacrisna
ABRALE	Centro de Liderança Publica	Instituição Padre Haroldo	Museu de Favela

ActionAid	Centro Promocional Tia Ileineide	Instituto Akatu	Operação Sorriso
AHPAS	CERENE	Instituto Ayrton Senna	Parceiros Voluntários
Aldeias Infantis SOS Brasil	ChildFund Brasil	Instituto C	Pequena Casa da Criança
Aliança Empreendedora	Doutores da Alegria	Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental	Pequeno Cotoleto do Paraná
Alvorada	Ekloos	Instituto do câncer infantil	Plan International Brasil
Amigos do Bem	Espaço Feliz – Centro Social Pioneiro	Instituto Elos	Projeto ncora
APAE Anápolis	FUNDAÇÃO ABRINQ	Instituto Guga Kuerten	Rede Cidadã
ASID Brasil	Fundação Amazonas Sustentável	Instituto Jatobas	Rede Feminina de Combate ao Câncer
Associação de Apoio à Criança com Câncer	Fundação Dorina	Instituto Luisa Mell	Remanso Fraternal
Associação de Promoção Humana Divina Providência	Fundação Estudar	Instituto Minas Pela Paz	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte
Associação Estação da Luz	Fundação Gol de Letra	Instituto Ola Kos	Saúde Criança
Associação Fazenda História	Fundação Regina Cunha	Instituto Padre Vilson Groh	SITAWI
Associação Irmão Joaquim	GRAACC	Instituto Phi	SOS Amazônia
Associação Luta pela Paz	Grupo Vida – Brasil	Instituto Pró-Cidadania de Curitiba	SOS Mata Atlântica
Associação Mineira de Reabilitação	Habitat Brasil	Instituto Promundo	STEPS / WimBelemDon
Associação Santo Agostinho	Hospital São Francisco de Assis	Instituto Reação	TETO Brasil
Associação Vaga Lume	ICOM Floripa	Instituto Reciclar	TUCCA
Bairro da Juventude	IDES	Instituto Ronald McDonald	Turma do Bem
Banco da Providência	Idesam	Instituto Socioambiental	UNAS
Brazil Foundation	IDIS	Instituto Terre des hommes Brasil	VISÃO MUNDIAL
CACC Durval Paiva	IMAFLOA	IPÊ	Vocação
CADI Brasil	Inspetoria São João Bosco	Iprede	WWF-Brasil

Fonte: População da pesquisa (2017) Elaboração Própria

### 3.2 Variáveis de Pesquisa

No quadro 2 têm-se o construto da pesquisa formulado com base em Baamonde-Silva, García-Mirón e Martínez-Rolán (2017), como também pelos autores Flach, Rosa e Stupp (2014), adaptado para os elementos elencados neste trabalho como representantes do conceito de *accountability*.

Quadro 2: Variáveis Endógenas do Constructo

Categoria	Aspecto Analisado	Autor(es)/ano
-----------	-------------------	---------------

Transparência ( <i>Transp</i> )	A Ong divulga Estatuto Social?	Baamonde-Silva, García-Mirón & Martínez-Rolán (2017)
	A Ong divulga o município atendido e o setor de atuação?	Baamonde-Silva, García-Mirón & Martínez-Rolán (2017)
	A Ong Divulga Balanço Social?	Flach, Rosa, & Stupp (2014)
Prestação de Contas ( <i>Prest</i> )	A Ong divulga Balanço Patrimonial?	Flach, Rosa, & Stupp (2014)
	A Ong divulga Demonstração do Superávit ou Déficit do Período?	Flach, Rosa, & Stupp (2014)
Participação ( <i>Part</i> )	A Ong possui link para Fale Conosco?	Elaboração própria
	A Ong possui informações de como doar recursos para a entidade?	Baamonde-Silva, García-Mirón & Martínez-Rolán(2017)
	A Ong divulga as atividades realizadas?	Elaboração Própria
Responsabilização ( <i>Resp</i> )	A Ong divulga Relatório de Auditoria?	Elaboração Própria

Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao aspecto exploratório do trabalho, relacionou-se primeiramente o porte das ONGs, medido pelo seu ativo total e correlacionou-se tal dado com os indicadores econômicos, sociais e financeiros, e num segundo momento estes mesmos indicadores foram relacionados à receita total arrecadada pelas ONGs, conforme demonstrado no quadro 3:

Quadro 3: Variáveis analisadas do Construto

Função	Variável	Fonte de Coleta	Referencial Teórico
Econômica	<i>PIB</i>	IBGE (2019)	Sheild, Mafalda e Pinheiro (2010); Passanezi (2010)
Social	<i>Pop, Trab, Tam</i>		Borges, E.F <i>et. al</i> (2013)
	<i>Saud, Educ</i>		
Fiscal	<i>Exec_Rec</i>	SICONFI (2019)	Schaltegger e Torgler (2007)
	<i>Exec_Desp</i>		
	<i>Equ_Orc</i>		
	<i>Resul_Orc</i>		
	<i>Exec_Orc</i>		
	<i>Fin_Rea</i>		
	<i>Var_Pat</i>		
	<i>Sit_Fin</i>		
	<i>Sit_Perm</i>		
<i>Result_Pat</i>			

Fonte: Elaboração Própria

Sheild, Mafalda e Pinheiro (2010) mencionam que as ONGs corroboram de maneira significativa para o Produto Interno Bruto. De acordo com PASSANEZI (2010) o Terceiro Setor corresponde a oitava maior economia do mundo, movimentando mais de US\$ 1 trilhão de por ano, cerca de 8% do PIB do globo e representa no Brasil R\$ 10,9 milhões de anuais, ou seja, cerca de 1% do PIB.

Borges, E.F *et. al* (2013) analisaram o impacto causado nos indicadores sociais de funções de governo dos municípios sedes das entidades de Terceiro Setor, beneficiárias dos repasses do Programa de Educação Fiscal do RN (PEF/RN) entre os exercícios 2004 e 2009. Utilizando-se de testes de hipóteses, os resultados indicaram que houve variação positiva nos indicadores com reflexo direto sobre as funções de assistência social, saúde, desporto e lazer. Quando segregada em estratos os resultados indicaram que esse impacto é maior nos municípios

com populações superiores a 50.000 habitantes, resultado da concentração econômica na capital e região metropolitana segundo os autores.

Schaltegger e Torgler (2007) analisaram a relação entre a *accountability* e políticas fiscais do governo dos Estados Suíços entre 1981 e 2001. Os autores acreditam que se tais políticas forem projetadas, as instituições governamentais podem promover a disciplina fiscal. E essa adequada projeção é possível por meio da *accountability*, pois corrobora para aumentar a responsabilidade governamental, que deve afetar o desempenho fiscal, pois o governo é forçado a responder às preferências dos cidadãos, resultando em um nível mais alto de disciplina fiscal. Os resultados indicaram um forte relacionamento negativo entre a *accountability* do governo e aspectos fiscais, sobretudo no que tange à dívida pública. Nesse sentido, concluíram que a política fiscal é fortemente influenciada pela confiança dos indivíduos no governo: um nível mais alto de *accountability* leva a uma disciplina fiscal mais forte.

### 3.3 Procedimentos de Análise e Protocolo de Pesquisa

No presente estudo utilizaram-se técnicas de análise fatorial, Kruskal Wallis e regressão. Visando encontrar a estrutura subjacente em uma matriz de dados e determinar o número e a natureza das variáveis latentes, no caso os fatores, que melhor representam o conjunto das variáveis observadas (BROWN, 2014). O Kruskal-Wallis de Kruskal & Wallis (1952) é um teste estatístico não paramétrico que avalia as diferenças entre três ou mais grupos amostrados, independentemente, em uma única variável contínua não distribuída normalmente. Já a regressão estatística tem a finalidade de verificar a existência da relação entre uma variável dependente com outras independentes.

Portanto, visando o teste da hipótese proposta ao estudo e consequente resolução do problema de pesquisa, são aplicados testes específicos visando a representação multivariada, reduzindo o número de variáveis, mediante análise fatorial (Fávero & Belfiore, 2017), além disso, verificou-se a diferença de médias entre o comportamento das variâncias e, por fim, o estabelecimento de relações entre cada fundamento de *accountability* e as variáveis dependentes, mediante análise de regressão linear múltipla, conforme descrito no Quadro 4.

Quadro 4: Protocolo de Análise

Teste	Objetivo	Procedimento	Referência
Estatísticas Descritivas	Distribuição em percentuais, análise interquartil, análises de tendência central e de dispersão, análise de correlação	Descrição do conjunto da disposição do conjunto de observações	Bruni (2011)
Análise Fatorial	Determinar o conjunto de fatores que percebam o comportamento agregado das variáveis	Estatística KMO	Fávero e Belfiore (2017)
		Teste de esfericidade de Barlett	
	Verificação dos autovalores e variância compartilhada		
	Escores fatoriais e matriz de comunalidades		
	Determinar a confiabilidade do conjunto	Alpha de Cronbach	
Kruskall-Wallis	Teste de Diferença de Médias entre os fundamentos de <i>accountability</i> e os fatores obtidos	Verificação de normalidade na distribuição dos dados	
		Teste de diferença de médias	

Regressão Linear Múltipla	Verificação da relação entre os fundamentos de accountability com os fatores obtidos	Análise de regressão considerando os fundamentos de accountability como variáveis endógenas
		Teste de normalidade de Pearson
		Teste de Harrison-McCabe
		Teste de Durbin-Watson

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Cabe salientar que os dados utilizados na presente análise foram tabelados com o auxílio da suíte de escritório *Libre-Office Calc* (versão 6.1.5.2), já as análises estatísticas utilizaram suporte do *software* estatístico R (versão 3.5.3).

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente os dados coletados são apresentados por meio de análises descritivas, as quais contam com a descrição por região e setor de atuação das ONG's, como também com medidas de tendência central e dispersão, além da análise interquartílica.

##### 4.1 Estatísticas Descritivas

A partir disso, cabe esclarecer que as ONG's analisadas estão distribuídas em todas as regiões do Brasil, especialmente na região sudeste (64%) e sul (19%), compondo absoluta maioria da amostra. As demais instituições estão alocadas nas regiões nordeste (9%), norte (5%) e centro-oeste (3%).

Mais especificamente, as ONG's analisadas, se distribuem em 34 municípios, contudo ainda concentrados nos grandes centros, particularmente, em São Paulo (32%), Rio de Janeiro (10%), Curitiba e Belo Horizonte com 7% cada, o que remonta em 49% apenas nestas cidades.

Borges, E.F *et. al* (2013) ao analisar o impacto causado nos indicadores sociais de funções de governo dos municípios sedes das entidades do terceiro setor, demonstrou que esse impacto é concentrado nos municípios com populações superiores a 50.000 habitantes, resultado da concentração econômica na capital e região metropolitana. Tendo em vista ser na capital e região metropolitana que se concentram a maioria dos estabelecimentos comerciais, que permitem a arrecadação dos documentos fiscais necessários ao recebimento dos repasses. Foram identificados ainda 29 ramos de atividade, dos quais os setores de Assistência Social (17%) e Saúde (16%) foram os mais expressivos. Acentua-se que as disposições por tipo de atividade desenvolvida pelas ONG's pode ser visualizada com o auxílio do gráfico 1.

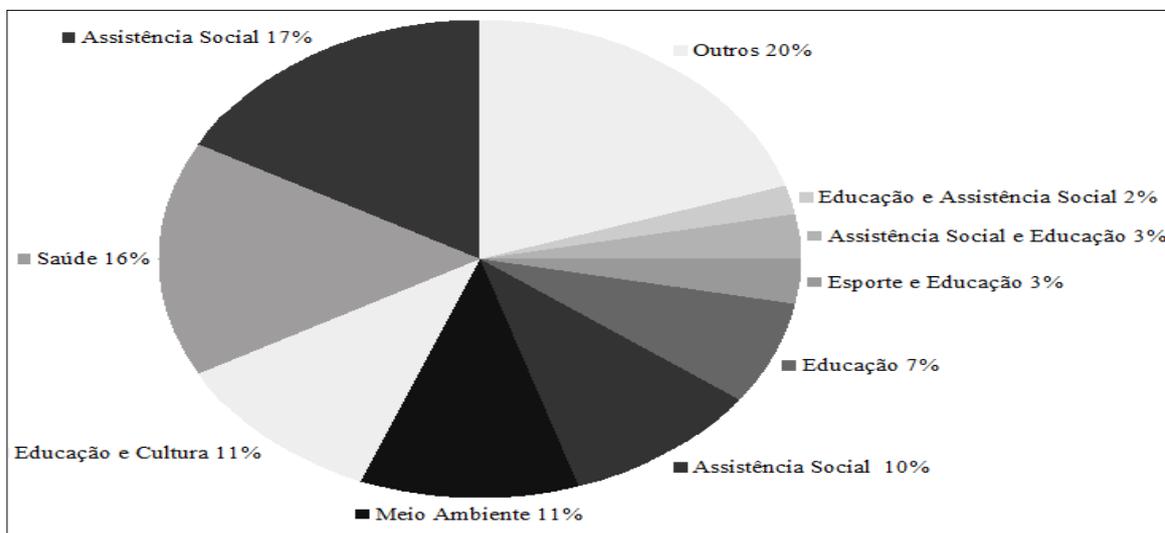


Gráfico 1: Setor de atuação das ONGs

No que se refere às variáveis dependentes, analisadas mediante *dummies*, ligadas com os fatores de *accountability*, cumpre descrever que apenas em 14 instituições se verifica a disponibilidade do item “Balanço Social”.

Quanto ao “Estatuto Social” em 42 ONG’s nota-se a preocupação com a divulgação o documento. Situação similar às atividades de “Auditoria”, que se fazem presentes em 48 unidades. Todavia, o “Balanço Patrimonial” é notado em 74 instituições. Note-se que, por meio dessas informações, percebe-se que nem todos os fundamentos de *accountability* são notáveis pelas ONG’s, saliente-se ainda que se tratam das cem maiores do Brasil.

Por sua vez, as variáveis dependentes, relacionadas aos aspectos econômicos, sociais e fiscais dos municípios analisados, podem ser compreendidas pelas medidas apresentadas na tabela 1.

Tabela1: Variáveis Independentes

	Min.	1°Qt	Mediana	Média	3°Qt	Max	DP	Coef.Var
Pop	0,11	0,69	3,24	11,13	13,09	221,10	25,70	2,31
Trab	0,07	0,66	3,10	10,31	12,07	203,47	23,70	2,30
Educ	0,01	0,08	0,36	1,21	1,32	24,40	2,81	2,33
PIB	0,07	0,52	2,34	7,57	8,85	147,35	17,19	2,27
Saud	-0,43	0,11	0,51	1,78	2,15	35,94	4,15	2,33
Tam	-0,03	0,29	1,32	4,87	5,26	96,95	11,28	2,32
Exec_Rec	-39,67	-1,86	-0,48	-1,91	-0,11	0,33	4,58	-2,39
Exec_Desp	-0,66	-0,03	0,00	-0,03	0,00	0,28	0,10	-3,40
Equ_Orc	-0,05	0,00	0,04	1,17	0,82	29,70	3,37	2,88
Resul_Orc	-39,48	-1,77	-0,46	-1,88	-0,10	0,33	4,55	-2,42
Exec_Orc	-0,09	0,00	0,01	0,04	0,05	0,79	0,09	2,44
Fin_Rea	0,00	0,01	0,03	0,07	0,10	1,23	0,14	2,02
Var_Pat	-3,18	-0,21	-0,03	-0,16	0,00	0,24	0,40	-2,48
Sit_Fin	-0,71	0,02	0,14	0,41	0,44	8,35	1,09	2,68
Sit_Perm	-8,39	-0,56	-0,05	-0,37	0,02	0,45	0,98	-2,66
Result_Pat	-7,16	-0,20	-0,02	-0,27	0,04	0,58	0,84	-3,15

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Preliminarmente, percebe-se que dentre as variáveis sociais (*Pop*, *Trab*, *Educ*, *PIB*, *Saud*, *Tam*) os valores de média e mediana não estão aproximados, indicando que podem haver valores nos quartis extremos distorcendo a amostra.

A avaliação quartílica demonstra os apontamentos anteriores, todavia, especialmente ao primeiro quartil das variáveis “*Exec\_Orc*” (-1,86) e “*Resul\_Orç*” (-1,77), apontam para valores ínfimos que acabam por levar a tendência a valores distantes da média.

O Desvio Padrão é relativamente elevado nas variáveis sociais, o que acaba não sendo percebido em virtude da média que também destoa nessas variáveis. Portanto, é preciso mencionar que de maneira ampla o coeficiente de variação se manteve assemelhado, variando entre -3,39 a 2,88.

Além dos aspectos mencionados a relação entre as variáveis pode ser avaliada pela correlação de Pearson, conforme tabela 2.

Tabela 2: Coeficientes de Correlação de Pearson

Pop	1,00																			
Trab	1,00	1,00																		
Educ	1,00	1,00	1,00																	
PIB	1,00	1,00	1,00	1,00																
Saud	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00															
Tam	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00														
Exec_Rec	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	1,00													
Exec_Desp	-0,09	-0,10	-0,07	-0,11	-0,07	-0,09	0,06	1,00												
Equ_Orc	0,95	0,94	0,96	0,94	0,95	0,95	-0,96	0,18	1,00											
Resul_Orc	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	1,00	0,05	-0,96	1,00										
Exec_Orc	0,89	0,88	0,90	0,89	0,89	0,88	-0,90	0,20	0,91	-0,90	1,00									
Fin_Rea	0,98	0,98	0,98	0,98	0,97	0,97	-0,97	-0,12	0,92	-0,97	0,93	1,00								
Var_Pat	-0,97	-0,97	-0,96	-0,97	-0,96	-0,97	0,96	0,17	-0,86	0,95	-0,80	-0,93	1,00							
Sit_Fin	0,60	0,60	0,60	0,61	0,58	0,59	-0,61	-0,24	0,49	-0,60	0,70	0,67	-0,51	1,00						
Sit_Perm	-0,97	-0,97	-0,98	-0,97	-0,97	-0,97	0,98	-0,01	-0,96	0,98	-0,92	-0,96	0,91	-0,63	1,00					
Result_Pat	-0,94	-0,94	-0,95	-0,94	-0,95	-0,94	0,95	-0,14	-0,98	0,95	-0,87	-0,90	0,89	-0,41	0,96	1,00				

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Nota-se uma alta correlação entre as variáveis que compõem a função social ( $\rho = 1$ ), indicando que poderão ser agrupadas em um mesmo fator, mediante análise fatorial. Outrossim, as variáveis sociais apresentam proximidades às extremidades da correlação ( $\rho = 1$ ,  $\rho = -1$ ) quando comparados às variáveis fiscais. Ou seja, em destaque a outros resultados, os aspectos fiscais podem se comportar de maneira diretamente ou inversamente proporcional aos aspectos sociais nos municípios analisados.

#### 4.2 Análise Fatorial

Tendo como base os coeficientes de correlação de Person, supõe-se que haveriam conjuntos que percebem o comportamento conjunto das variáveis ortogonais, sugerindo que a análise fatorial poderia ser adequada para dimensionar novas variáveis que descrevam a variância encontrada nos dados, compreendidas como um agrupamento, advindo de uma quantidade reduzida de fatores, que representa o comportamento de um conjunto de variáveis (Fávero & Belfiore, 2017). Todavia, embora possibilite o agrupamento, a análise fatorial não visa nomear os fatores obtidos.

Posto isso, para verificar a adequação global da análise, procedeu-se com a Estatística KMO (0,7873), interpretada como satisfatória, bem como o teste de esfericidade de Barlett ( $\chi^2_{\text{Barlett}}(190) = 10458.237$ , p-valor  $< 2.22e-16$ ), a partir do qual aceita-se que a correlação entre os pares é diferente de zero, permitindo a extração de fatores consistentes.

Portanto, calculam-se os autovalores e as variâncias compartilhadas pelas variáveis originais para formação dos fatores, conforme demonstrado na Tabela 3. Percebe-se que 69,82% da variância já é explicada somente pelo primeiro fator, de modo que aceitou-se a utilização de quatro fatores, visto que a partir do 4º fator restam apenas 10,66% da variância a ser explicada.

Tabela 3: Verificação dos Autovalores e Variância Compartilhada

	Autovalores	Variância	Variância Acumulada
Fator1	14,0000	69,8000	69,82284
Fator2	1,6100	8,0600	77,8789
Fator3	1,3200	6,6100	84,49105

Fator4	0,9690	4,8500	89,33825
Fator18	0,00003	0,00001	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Determinada a quantidade de fatores, foram mensurados os coeficientes de correlação de Pearson entre variáveis e fatores, Tabela 4. Além destes, foram calculados os valores de comunalidades e a especificidade das variâncias.

Tabela 4: Cargas Fatoriais e Matriz de Comunalidades

Variável	<i>Fator1</i>	<i>Fator2</i>	<i>Fator3</i>	<i>Fator4</i>	Comunalidades	Especificidade
<i>Pop</i>	0,9962	0,0382	0,0306	0,0266	0,9955	0,0045
<i>Trab</i>	0,9958	0,0466	0,0325	0,0270	0,9956	0,0044
<i>Educ</i>	0,9981	0,0141	0,0251	0,0121	0,9972	0,0028
<i>PIB</i>	0,9956	0,0564	0,0353	0,0231	0,9961	0,0039
<i>Saud</i>	0,9962	0,0142	0,0251	0,0280	0,9941	0,0059
<i>Tam</i>	0,9954	0,0360	0,0313	0,0300	0,9940	0,0060
<i>Exec_Rec</i>	-0,9981	-0,0072	-0,0230	-0,0092	0,9968	0,0032
<i>Exec_Desp</i>	-0,0410	-0,8495	-0,2388	-0,1087	0,7922	0,2078
<i>Equ_Orc</i>	0,9596	-0,2215	-0,0391	-0,0166	0,9716	0,0284
<i>Resul_Orc</i>	-0,9980	0,0025	-0,0204	-0,0088	0,9966	0,0034
<i>Exec_Orc</i>	0,9191	-0,1546	-0,0710	-0,1295	0,8904	0,1096
<i>Fin_Rea</i>	0,9813	0,0794	0,0205	-0,0206	0,9701	0,0299
<i>Var_Pat</i>	-0,9500	-0,1086	-0,0500	-0,1159	0,9302	0,0698
<i>Sit_Fin</i>	0,6246	0,3547	0,0673	-0,2580	0,5870	0,4130
<i>Sit_Perm</i>	-0,9846	0,0464	0,0186	0,0133	0,9722	0,0278
<i>Result_Pat</i>	-0,9513	0,2031	0,0562	-0,0632	0,9534	0,0466

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Por meio das comunalidades são representadas as variâncias totais compartilhadas por variável em cada fator, deste modo os valores citados na Tabela 4, poder-se expressar as funções que descrevem as comunalidades da seguinte forma

$$Comunalidade_{variável} = (Fator1)^2 + (Fator2)^2 + (Fator3)^2 + (Fator4)^2 \quad (1)$$

Por fim, visando avaliar a consistência interna do conjunto de observações, utilizou-se o teste de Cronbach ( $Alpha(16) = 0,7613$ ), indicando que o conjunto obtido é consistente e permite a realização das análises posteriores (Fávero & Belfiore, 2017).

### 4.3 Teste de Diferença de Médias

Para identificar se as amostras independentes são provenientes da mesma população, lançou-se mão do teste de Kruskal-Wallis. Trata-se de uma alternativa não-paramétrica à Análise de Variância, nas situações em que não se verifica a normalidade dos dados, ou ainda, há ausência de homogeneidade das variâncias.

A hipótese nula adjacente ao teste, assume que as amostras advêm de uma mesma população, ou seja, existem populações de mesma mediana ( $\mu$ ), ao passo que se ao menos uma for diferente, conclui-se que há diferença nos tratamentos.

A aplicação dos testes utilizou como variável dependente cada fundamento de *accountability* de forma os resultados podem ser verificados na Tabela 5.

Tabela 5: Teste de Kruskal-Wallis

Fundamento de <i>Accountability</i>	Shapiro Wilk	Kruskal-Wallis
<i>Transp</i>	W(0,4166), p-valor<0,001	X <sup>2</sup> (4) = 154,25, p-valor < 0,0000
<i>Part</i>	W(0,4296), p-valor<0,001	X <sup>2</sup> (4) = 142,42, p-valor < 0,0000
<i>Resp</i>	W(0,4395), p-valor<0,001	X <sup>2</sup> (4) = 140,21, p-valor < 0,0000
<i>Prest</i>	W(0,4187), p-valor<0,001	X <sup>2</sup> (4) = 131,85, p-valor < 0,0000

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Nota: Normalidade avaliada pelo teste de Shapiro-Wilk, com hipótese alternativa ( $H_1$ ) de que a amostra não provém de uma população com distribuição normal; Teste de médias de Kruskal-Wallis com  $H_1: \exists_{(i,j)} \mu_i \neq \mu_j, i \neq j$ , de forma que ao menos uma observação não é proveniente da mesma população.

Considerando que a hipótese alternativa ao teste de normalidade de Shapiro-Wilk, aceita-se que a população não possui distribuição normal. Logo, o teste de Kruskal-Wallis torna-se adequado para verificar se as amostras são provenientes da mesma população.

Os resultados, em todas os fundamentos de *accountability* demonstram que ao menos uma das variáveis é independente, ou seja, as populações são distintas entre si (Fávero & Belfiore, 2017). Assim, é possível afirmar que os fatores obtidos mediante as variáveis sociais, fiscais e econômicas são distinguíveis entre os municípios a partir dos fundamentos de *accountability*.

Bosco (2011) estudou o processo de *accountability* como instrumento de legitimidade da atuação das Organizações Não Governamentais, no cenário internacional e concluiu que tal legitimação é verificada por meio desse processo. Todavia, os atributos deste processo, dependerão de características individuais das organizações como por exemplo, seu nível de formalidade e proximidade com *stakeholders* segundo a autora, que caracterizam fatores internos. Tal fato pode ser evidenciado por meio dos fatores obtidos mediante as variáveis sociais, fiscais e econômicas dos municípios onde as ONGs estão inseridas. Corroborando com essa assertiva Costa (2017) já atentava que as ONGs brasileiras de diferentes campos e áreas, incluindo-se em nível municipal possuem diferentes especificidades de atuação e variações de como as mesmas se relacionam com os governos.

#### 4.4 Análise de Regressão Linear Múltipla

Considerando os fatores obtidos com o incremento da análise fatorial e a diferença de médias entre os fundamentos de *accountability* e os fatores obtidos, é buscado auxílio em regressões lineares múltiplas, haja vista que permitem avaliar a relação entre uma variável dependente e uma ou mais várias independentes, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6: Análise de Regressão

	<i>Transp</i>		<i>Part</i>		<i>Resp</i>		<i>Prest</i>	
	Coef	P-val	Coef	P-val	Coef	P-val	Coef	P-val
Intercepto	0,0615	0,07153	-0,4366	0,1277	-0,1650	0,5574	2,3447	0,0000***
<i>Fator1</i>	-0,0028	0,9629	-0,2395	0,0139*	-0,1797	0,0596	0,4895	0,0000***
<i>Fator2</i>	0,1840	0,0000***	0,1540	0,0133*	0,2718	0,0000***	-0,4038	0,0000***
<i>Fator3</i>	-0,2061	0,0154*	-0,4397	0,0014**	-0,5251	0,0000***	0,9358	0,0000***
<i>Fator4</i>	-0,1905	0,0069**	0,1957	0,0784	-0,0171	0,8754	-0,2477	0,0002***
R <sup>2</sup>		0,3154		0,1390		0,1823		0,6360
R <sup>2</sup> Ajustado		0,2866		0,1028		0,1479		0,6207

Teste F	F(4,95)=10,94, p-val < 0,000	F(4,95)=3,84, p-val < 0,000	F(4,95)=5,30, p-val = 0,0006	F(4,95)=41,5, p-val < 0,000
Pears	X <sup>2</sup> (248), p-val < 0,0000	X <sup>2</sup> (221,6), p-val < 0,0000	X <sup>2</sup> (207,2), p-val < 0,000	X <sup>2</sup> (137,6), p-val = 0,0938
Harris-Mc	HMC(0,462), p-val < 0,285	HMC(0,433), p-val < 0,163	HMC(0,512), p-val < 0,551	HMC(0,404), p-val < 0,079
DW	DW(2,09), p-val = 0,760	DW(2,21), p-val = 0,412	DW(1,89), p-val = 0,542	DW(2,09), p-val = 0,724

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Nota: *Fator1* (Trab, Educ, Pib, Saúd, Tam, Exec\_Desp, Equi\_Orç, Exer\_Orç, Finan\_Real), *Fator2* (Exec\_Rec, Sit\_Fin, Sit\_Perm, Result\_Pat), *Fator3* (Var\_Pat), *Fator4* (Pop, Result\_Orç); Pressupostos de modelo correspondem à normalidade de Pearson, homocedasticidade de Harrison-McCabe; Autocorrelação de Durbin-Watson; Significâncias do modelo \*0,1; \*\*0,05; \*\*\*0,01.

Portanto, verifica-se que apenas o fundamento “Prestação de Contas” apresenta uma relação estatística significativa com os fatores econômicos e sociais ( $F(4,95)=41,5, p\text{-val} < 0,000$ ), haja vista que é a única variável dependente que possui significância com todos os fatores, com poder explicativo de 63,60%. Além disso, nota-se que atende aos pressupostos da regressão. Quanto as demais variáveis, embora percebam-se significâncias pontuais com o “*Fator2*” e “*Fator3*” não atendem aos pressupostos necessários para considerá-los.

Em função disso, aceita-se parcialmente a hipótese de pesquisa, de modo que apenas um fundamento de *accountability* possui relação com os indicadores econômicos, sociais e fiscais nos municípios analisados.

Para atingimento dos objetivos de pesquisa, foram seguidas as etapas estabelecidas no protocolo de análise, que sejam o agrupamento das variáveis independentes por meio de análise fatorial, a diferenciação entre as médias por meio do teste de Kruskal-Wallis para então verificar sua relação no teste de regressão multivariada.

Cumpra acentuar certa dificuldade em obter informações a respeito das entidades, quando se verificam os pressupostos de *accountability*, haja vista que diversas delas sequer possuíam ferramentas para divulgar suas atividades, ou ainda responsabilizar seus agentes.

De forma obstante, a presença de relatórios de auditoria se verificou em um número maior de entidades, quando comparada com os critérios de transparência e responsabilização. Este resultado indica que ainda há um caminho a ser percorrido pelas entidades para um envolvimento mais dinâmico com a sociedade. Ou seja, a aceitação parcial da hipótese de pesquisa demonstra que os fundamentos que permitem a aproximação do trabalho social desenvolvido pelas Organizações Não Governamentais com a população ainda precisam ser mais bem definidos (ABOUASSI, 2013). Isso indica que a comunidade alheia as desenvolvidas em cada instituição encontram informações pouco detalhadas e não acessam dados que tragam legitimidade e confiabilidade às atividades realizadas.

Esperava-se que os fundamentos apresentassem reflexos que trouxessem maior alívio às contas públicas, no entanto essa relação não foi evidenciada de maneira conclusiva (KOSLINSKI, 2007; JAKIMOW, 2012). Espera-se portanto que seja ampliada a discussão não somente sobre o trabalho desenvolvido por essas entidades, mas como isso é apresentado e quais benefícios podem ser encontrados pelos municípios.

Saliente-se que a partir do referencial teórico, aceita-se que o poder público é insuficiente em fornecer condições plenas de atendimento a demanda social, de maneira que as atividades não governamentais tem um importante papel a desempenhar. Cabe então divulgar seus resultados, estreitar o laço com a sociedade e cumprir o papel de agente auxiliar da entidade governamental (ROUTLEY, 2011; VUKOVIC, 2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se das 100 maiores ONGs brasileiras, verificou-se que as mesmas apresentam os fundamentos de *accountability*, tendo em vista os percentuais demonstrados da divulgação de cada item das categorias de *accountability* analisadas. Além disso, em se tratando do perfil da amostra, é natural que tais ONGs se concentrem nos grandes centros urbanos,

principalmente, na região sudeste e sul, em função também da maior densidade populacional destes locais, situação verificada em outros estudos como pode ser observado.

A partir disso, o objetivo deste artigo foi analisar a relação entre os fundamentos da *accountability* com as áreas de atuação de Organizações Não Governamentais na perspectiva dos indicadores econômicos, sociais e fiscais. Em que se verificou um alto nível de correlação entre as variáveis sociais e econômicas, denotando que o nível de *accountability* praticado pelas ONGs possuem reflexos sociais relevantes no município onde atuam.

Quanto a relação inversa entre as variáveis fiscais, tal fato pode ser atribuído em função de as receitas provenientes de ONGs não serem significativas para a elaboração do Orçamento Público, tanto para a previsão de receitas, como para a previsão de despesas. Maior parte das receitas recebidas pelas ONGs são oriundas de doações, além disso, seu processo de tributação é diferente das empresas do setor privado, existe também a questão da imunidade tributária, não sendo dessa forma as ONGs provedoras de tributos ao Estado.

Em relação às regressões lineares, apenas o fundamento da prestação de contas apresentou relação significativa com os indicadores econômicos e sociais. Tal fato pode ser explicado em função desta categoria ser a principal peça de análise da eficácia de atuação das ONGs, tendo em vista que ali são demonstradas as informações financeiras de tais entidades. Os outros fundamentos são de igual importância, porém a relação aos aspectos econômicos e sociais se dá de forma indireta e não direta como pode ser observado na questão da prestação de contas por exemplo.

Portanto, a partir do estudo em tela, busca-se fomentar a discussão a respeito do relacionamento das ONG's com a sociedade e com o governo, no sentido de que suas ações sejam de conhecimento público e possuam reflexos na forma com os municípios tratam suas políticas sociais.

Logo, a falta de informações pormenorizadas representa uma limitação do estudo, impedindo que seus dados detalhados fossem tratados e até mesmo maior significância. Para estudos futuros, recomenda-se que se amplie a amostra e sejam verificados outros parâmetros que identifiquem a atuação não governamental, de sorte que seja fomentada a discussão sobre a atuação das ONG's na rotina da sociedade e dos entes municipais.

## REFERÊNCIAS

- ABOUASSI, Khaldoun. Hands in the pockets of mercurial donors NGO response to shifting funding priorities. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 42, n. 3, p. 584-602, 2013.
- ALMQVIST, Roland et al. Public sector governance and accountability. In: *Critical Perspectives on Accounting*. 2013. p. 479-487.
- ARMSTRONG, E. Integrity, Transparency and Accountability in Public Administration: Recent Trends, Regional and International Developments and Emerging Issues, *Economic & Social Affairs*, United Nations, 2005.
- BAAMONDE-SILVA, Xosé; GARCÍA-MIRÓN, Silvia; MARTÍNEZ-ROLÁN, Xabier. Solidaridad y transparencia digital. Webs y redes sociales de las ONGs españolas de acción social. *El profesional de la información*, v. 26, n. 3, p. 438-447, 2017.
- BORGES, Erivan Ferreira et al. Educação fiscal, terceiro setor e funções de governo: uma análise da influência do programa de educação fiscal do RN nos indicadores das funções de governo dos municípios. 2013.
- BOSCOV, Camila. ACCOUNTABILITY PARA A PAZ PERPÉTUA. *Revista Administração em Diálogo*, v. 13, n. 1, p. 134-156, 2011.
- BROWN, Timothy A. Confirmatory factor analysis for applied research. *Guilford Publications*, 2014.

- CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de administração pública*, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.
- COSTA, Marcelo Marchesini da. Análise de colaborações entre governo e ONGs e da densidade de ONGs no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 51, n. 3, p. 330-347, 2017.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. 640 p.
- DE OLIVEIRA, Ana Carolina; DUFLOTH, Simone Cristina. Divulgando Direitos Sociais: Estudo aplicado as estratégias de publicização do benefícios de prestação continuada (BPC). *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 14, n. 26, p. 174-195, 2015.
- DUBNICK, Melvin J.; FREDERICKSON, H. George (Ed.). *Accountable governance: Problems and promises*. Routledge, 2014.
- FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata*. Elsevier Brasil, 2017.
- FLACH, Leonardo; ROSA, NN La; STUPP, D. R. Transparência online das informações de organizações do terceiro setor. In: *Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*. 2014. p. 1-17.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas. Disponível em: [http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm) Recuperado em 01 março, 2019.
- JAKIMOW, Tanya. Comerciantes de informação: Consequências não intencionais do desenvolvimento centrado na informação para organizações não-governamentais do norte da Índia. *Voluntas: Revista Internacional de Organizações Voluntárias e Sem Fins Lucrativos*, v. 23, n. 4, p. 1014-1035, 2012.
- KOSLINSKI, M. C. *Um estudo sobre ONGs e suas relações de Accountability*. 2007. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia. Departamento de Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- KRUSKAL, William H. et al. Uso de classificações na análise de variância de um critério. *Jornal da Associação Americana de Estatística*, v. 47, n. 260, p. 583-621, 1952.
- PASSANEZI, Paula Meyer Soares et al. A influência do Terceiro Setor para a economia brasileira. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação—Universidade do Vale do Paraíba. Anais. São José dos Campos: UNIVAP, 2010.
- PINHO, J. A. G. de; IGLESIAS, D.; SOUZA, A. C. P. Governo eletrônico, transparência, accountability e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram. In: *ENANPAD*, 29. Anais. Brasília, set. 2005.
- ROUTLEY, Laura. NGOs and the formation of the public: Grey practices and accountability. *African Affairs*, v. 111, n. 442, p. 116-134, 2011.
- SALAMON, Lester M. et al. The state of global civil society and volunteering: latest findings from the implementation of the UN nonprofit handbook. *Center for Civil Society Studies Working Paper*, n. 49, 2013.
- SCHALTEGGER, Christoph A.; TORGLER, Benno. Government accountability and fiscal discipline: A panel analysis using Swiss data. *Journal of Public Economics*, v. 91, n. 1-2, p. 117-140, 2007.
- SCHEID, L. L.; MAFALDA, M. P.; PINHEIRO, M. T. O Papel das Organizações Não Governamentais - ONGs para a Divulgação da Imagem Turística do Brasil. In: *I Encontro Semintur JR*. Anais. Caxias do Sul, 2010.

SCHILLEMANS, Thomas; BUSUIOC, Madalina. Predicting public sector accountability: From agency drift to forum drift. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 25, n. 1, p. 191-215, 2014.

SOBREIRA, Karoline Rodrigues; JÚNIOR, Manuel Salgueiro Rodrigues. Governança no setor público segundo IFAC: levantamento do nível de aderência de uma instituição de ensino superior. *Revista Controle: Doutrinas e artigos*, v. 15, n. 1, p. 166-194, 2017.

SICONFI. *Secretaria do Tesouro Nacional*. Disponível em: < [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbralist.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbralist.jsf).> Acesso em 01 mar.2019

TRAVAGIN, L. B. (2017). O avanço do capital na saúde: um olhar crítico às Organizações Sociais de Saúde. *Saúde em Debate*, 41, 995-1006.

VUKOVIĆ, Danilo. Sobre livros e milhões: as ONGs podem responsabilizar o governo? *Sociološki pregled*, v. 50, n. 3, p. 327-346, 2016.

WAPNER, P. Defending accountability in NGOs. *Chicago Journal of International Law*, 3(1), 197-205, 2002.